

Dificuldades para desaquecer economia

JULIEN CHACEL*

Olhando retrospectivamente para o ano que terminou, o que se pode observar é um surpreendente crescimento físico da economia brasileira. Esse crescimento é, em parte, explicado pela recuperação do setor agrícola, com uma safra de 50 a 52 milhões de toneladas de grãos, recorde, se comparada a 1978/79 que foram, do ponto de vista climático, anos maus para a agricultura. O qualitativo surpreendente, entretanto, deve ser aplicado ao desempenho da produção industrial que foi surpreendentemente intenso, com uma taxa de crescimento um pouco acima de 8%. Surpreendente porque há vários anos se fala em desaquecer a economia brasileira, conter a inflação e até agora os governantes, na verdade, não conseguiram esse desaquecimento.

Lembro-me, perfeitamente, que num dos discursos de fim de ano do presidente Geisel, falava o então primeiro mandatário da Nação que a economia continuava teimosamente a crescer. Parece que até hoje ela teima em crescer e dificulta, sob este aspecto, o processo de controle das pressões inflacionistas. É um caso clássico, universalmente aceito e conhecido, que para conter as tensões inflacionistas a sociedade aceita taxas de crescimento menores. Penso que, sob esse aspecto, 1981 vai começar a recolocar o Brasil na verdadeira posição de dimensão de país real.

Isso por vários motivos. Primeiro, porque à medida que a base física expande, não há porque imaginar que o país continuará a crescer indefinidamente a ritmos ou taxas tão elevadas como essas de 8 a 10% ao ano, em termos da experiência internacional. Taxas menores de crescimento com uma base física mais alta são perfeitamente satisfatórias.

Em segundo lugar porque taxas menores de crescimento não são, a meu juízo, incompatíveis com o problema da criação de empregos, de vez que — e essa é uma outra surpresa — os resultados preliminares do censo demográfico de 1980 já mostraram um declínio na taxa de crescimento populacional, declínio que deverá se acentuar por força de mudança de hábitos, de cultura, provocada pelo intenso fenômeno de urbanização no Brasil.

De modo que o crescimento por habitante, o crescimento do produto per capita poderá ter taxas razoavelmente satisfatórias mesmo com uma taxa de crescimento global menor do que aquela antecipada por todos para 1980. E por que antecipamos para 1981? Porque, na verdade, a produção industrial guarda uma correlação bastante estreita com as importações. Na medida em que as importações têm um elemento de rigidez, um elemento fixo e compreensível no petróleo, a margem para promover o crescimento da produção industrial, através da importação de matérias-primas e equipamentos, torna-se menor.

Além disso é preciso considerar que o grande impulso de desenvolvimento, sobretudo na área industrial, foi feito — e as contas nacionais no período de 1973 a 1979 indicam isso com uma grande clareza —, e que esse processo de desenvolvimento acelerado tem sido financiado numa grande proporção, comparativamente a tempos passados, com as poupanças externas, pelo processo de endividamento.

E não é possível imaginar-se a sustentação de taxas de crescimento elevadas às custas de parcela significativamente importante de poupança exterior, porque em definitivo leva a um crescente e contínuo endividamento. É um processo que mais cedo ou mais tarde terá de ser bloqueado, e, ao ser bloqueado vai influir sobre o ritmo de crescimento.

Em 1981, o principal problema que teremos de enfrentar será o da contenção das pressões inflacionistas. Na medida em que parece existir um consenso nacional de que, paradoxalmente, o Estado é o foco principal dessas pressões, deu-se um passo muito importante ao se consolidar as contas e os compromissos do setor público, não somente do governo como de toda a administração descentralizada das empresas estatais. Tenho a impressão de que sob este aspecto, o encaminhamento dado pelo ministro do Planejamento é um encaminhamento certo. Havia, por assim dizer, uma certa desordem orçamentá-

ria herdada do passado. Sei que essa frase pode gerar polêmica, mas me parece claro que realmente essa miríade de grandes projetos deve ter contribuído para uma certa perda de controle sobre que se refere à administração financeira do setor estatal como um todo. Nesta perda de controle é que se procura corrigir agora. Reganhando-se esse controle teremos um elemento importante para a redução das pressões inflacionistas.

Outro elemento é o famoso cavalo de batalha do professor Bulhões, e a influência que os subsídios têm na expansão da base monetária e, por via de consequência, no crescimento dos meios de pagamento. Nesse sentido, as medidas do CMN do dia 17 de dezembro me parecem que ainda estão numa área de indefinição. Na medida do que se pode depreender das declarações do ministro Galvões, o governo trabalha com uma hipótese de inflação de 70% para o ano de 1981.

Se essa previsão governamental, essa estimativa administrativa não se realizar, na verdade a margem de subsídio dada através das taxas fixadas para o crédito agrícola, por exemplo, fica, a priori, indefinida. A pergunta que permanecia no ar é: Se a taxa de inflação ficar acima de 70%, a margem de subsídio será restringida ou permanecerá elástica e indefinida, como a que se apresenta quando se compara com um valor que é meramente uma expectativa e não uma certeza? Seja como for, os subsídios, ou melhor, o controle dos subsídios, pode representar um elemento importante. Mas é um elemento que, de acordo com os estudos feitos no nosso Instituto, não produziu resultados ao longo de 1980. A eliminação dos subsídios poderá trazer resultados significativos a partir de meados de 1981, de vez que a inflação presente, a de hoje, é muito explicada pela inflação passada, de um ano e meio atrás. Isto traz à baila, novamente, a questão recorrente do "stop and go". Por que o governo pratica uma política monetária e creditícia restritiva e depois relaxa essa medida? E os resultados só são obtidos dentro de médio prazo e muitas vezes o governo não tem, politicamente, forças para resistir a pressões imprevistas. Em consequência, os resultados não são colhidos e ficam apenas os inconvenientes das medidas impopulares que foram tomadas.

Essa indefinição, esse "stop and go", é um comportamento que se está observando de um modo geral em todos os governos quando se decide combater a inflação. Agora mesmo, um exemplo extremamente ilustrativo é a perda da popularidade da Mrs Thatcher, da Inglaterra, que corre o risco de perder as eleições para o Michel Foot, novo líder do Partido Trabalhista, a despeito da taxa de inflação na Grã-Bretanha estar em declínio e apesar de ter um balanço de comércio superavitário, devido à venda de petróleo. Não obstante, ao cotejar esses dois resultados com o desemprego, é bem possível que a "dama de ferro" venha a ser exorcizada pelo eleitorado...

No Brasil, há medidas importantes, concretas para conter a inflação. Em primeiro lugar, há o objetivo de reabilitar a poupança interna, ao permitir que a "correção" monetária se aproxime mais e mais do que seria o valor real assumido pela taxa de inflação efetiva. Isso deve reabilitar a poupança voluntária. Por outro lado, há mecanismos tributários que estão sendo colocados em ação e que devem, no meu entender, propiciar o fechamento do déficit do Tesouro, e a formação de poupanças compulsórias por meio de um pesado processo de transferência de rendimento do setor privado para o setor público.

É uma forma do governo, do Estado, equilibrar as suas contas e deixar de ser uma pressão inflacionista. O que é importante notar é que no Brasil, nos últimos anos, a política monetária tem sido sempre um instrumento de consolidação da política fiscal. No momento em que se corrigir a política fiscal e as atividades financeiras do Estado permaneçam a ser equilibradas, ainda que a custa de pesados encargos impostos sobre a Nação, nesse momento a expansão monetária não será mais dependente, ou forçada, ou influenciada por uma política financeira em que é preciso, de uma forma ou de outra, cobrir o rombo.

* Diretor do Departamento de Estudos e Pesquisas do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE).